



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639136 - SC (2021/0004780-5)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : NILTON ANTONIO DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : WILLIAN JURANDIR DE SOUZA ALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NILTON ANTONIO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Agravos em Execução n. 5070255-82.2020.8.24.0023).

O paciente cumpre pena por condenações aos crimes descritos no art. 180, § 1º, art. 155 § 4º, ambos do CP e uma pelo crime previsto no art. 157, § 3º, do mesmo diploma legal, este último considerado hediondo, e teve homologado pelo juiz da execução o cálculo de penas para progressão de regime, tomando como fração o percentual de 40% da pena.

A decisão foi reformada no julgamento do agravo em execução interposto pelo órgão ministerial, a partir do qual o Tribunal catarinense entendeu correta a fração de 3/5 no percentual de 60% da reprimenda, nos termos do art. 112, inciso VII, da Lei de Execuções Penais.

A impetrante alega que o sentenciado não é reincidente específico em crimes hediondos ou a eles equiparados e, assim, deve-se descontar 40% de sua pena, para que possa ser progredido ao regime menos gravoso.

Requer, liminarmente e no mérito, a correção do cálculo de penas para constar o prazo de 40% para progressão de regime prisional, nos termos da nova redação do art. 112, V, da Lei de Execução Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente